

ECONOMIA**Direção-Geral de Energia e Geologia****Aviso n.º 4698/2016**

Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, que Aurmont Resources — Unipessoal, L.da, requereu a celebração de contrato administrativo para atribuição de uma área para prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre e metais associados, denominada “Montemor”, localizada nos concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Alcácer do Sal, Viana do Alentejo e Vendas Novas ficando a corresponder-lhe uma área de 363,959 km², delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-21000,00	-109000,00
2	6500,00	-121450,00
3	8850,00	-134650,00
4	-19800,00	-125075,00
5	-22850,00	-116450,00

Com a exclusão de uma área interior, delimitada pela poligonal cujos vértices são:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	1490,255	-126361,480
2	4732,343	-132334,382
3	7182,303	-130984,346
4	5700,191	-124335,416
5	210,554	-120376,042
6	-2127,806	-121759,576

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, ou a manifestarem preferência, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso.

O pedido está patente para consulta, dentro das horas de expediente, na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras da Direção-Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidos as reclamações. O presente aviso e plantas de localização estão também disponíveis na página eletrónica desta Direção-Geral.

11 de fevereiro de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
309348116

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 4744/2016**Qualificação de Serviço Concelhio de Metrologia como Organismo de Verificação Metrológica**

1 — Ao abrigo do artigo 8.º, n.º 1, alínea c, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro, determino:

a) É reconhecida a qualificação à empresa LMQ, Laboratório Metrológico da Qualidade, Unipessoal, L.da, com sede na Rua 25 de abril n.º 555, 4580-092 Paredes, para a execução das operações de Verificação Metrológica nos concelhos e nos domínios e alcances discriminados no anexo ao presente despacho.

b) O referido Serviço Concelhio de Metrologia colocará, nos termos da legislação em vigor, a respetiva marca própria, anexa ao presente despacho, bem como o símbolo da operação de controlo metrológico, no esquema de selagem dos instrumentos de medição abrangidos por esta qualificação.

c) Das operações envolvidas serão mantidas em arquivo os relatórios dos ensaios correspondentes às operações de controlo metrológico, nos termos da lei.

d) Mensalmente deverá o Serviço Concelhio de Metrologia enviar ao IPQ uma relação de instrumentos que foram verificados, assim como

efetuar o pagamento dos montantes previstos no n.º 10, do Despacho n.º 18853/2008, de 15 de julho, e alterado através da retificação n.º 2135/2008, de 1 de outubro, até ao dia 10 do mês seguinte, mediante cheque endossado ao Instituto Português da Qualidade, remetido ao Departamento de Metrologia, Rua António Gião, 2, 2829-513 Caparica.

e) O valor da taxa aplicável às operações previstas neste despacho encontra-se definido na tabela de taxas de controlo metrológico e será revista anualmente.

2 — O presente Despacho é válido até 31 de dezembro de 2018.

15 de fevereiro de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo, *J. Marques dos Santos*.



ANEXO AO DESPACHO

Serviço Concelhio de Metrologia como Organismo de Verificação Metrológica**Organismo de Verificação Metrológica**

Domínio	Classe de exatidão	Intervalo de medição/ Alcance
Primeira Verificação após reparação e Verificação Periódica de instrumentos de pesagem de funcionamento não automático, de equilíbrio automático, semi-automático e não automático, de indicação contínua e descontínua	III e IIII	300 kg
Primeira Verificação e Verificação Periódica de massas	M2	200 g a 5 kg

Primeira Verificação e Verificação Periódica de contadores de tempo de bilhar e de ténis de mesa.

Concelhos abrangidos:

Amarante;
Baião;
Castelo de Paiva;
Cinfães;
Marco de Canaveses.

309367808

ECONOMIA E AMBIENTE**Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Comércio e do Ambiente****Despacho n.º 4745/2016**

Considerando que, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, foi concedida, através do despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de abril, dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, a licença à Amb3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (Amb3E), como entidade gestora de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), válida até 31 de dezembro de 2011;

Considerando o Despacho n.º 1516/2012, de 1 de fevereiro, que prorrogou o prazo da licença concedida à Amb3E pelo período de três meses, automaticamente renovável por iguais períodos até à emissão da nova licença;

Considerando o Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o novo regime jurídico da gestão de REEE e transpõe para a ordem

jurídica interna a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, estabelecendo, no n.º 2 do artigo 46.º, que até à emissão de novas licenças, mantêm-se em vigor as licenças atribuídas às entidades gestoras de REEE nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro;

Considerando o Despacho n.º 2103/2015, de 27 de fevereiro, que aprova a tabela de valores da prestação financeira referidos no n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E, para o ano de 2015;

Considerando que a Amb3E apresentou, em procedimento de atualização anual ordinária, uma proposta de revisão dos valores da prestação financeira para o ano de 2016, consubstanciada numa consolidação das diversas subcategorias e na redução generalizada dos respetivos valores com vista a assegurar o equilíbrio financeiro da sua atividade;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e da Direção-Geral das Atividades Económicas.

Assim, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª da licença atribuída à Amb3E, e no uso das competências delegadas pelo Ministro da Economia e pelo Ministro do Ambiente, determina-se o seguinte:

1 — É aprovada a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E para o ano de 2016, anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante;

2 — A tabela de valores da prestação financeira ora aprovada pode ser objeto de atualização intercalar extraordinária, sempre que se verifique necessidade de garantir o equilíbrio financeiro do sistema coletivo de gestão de REEE;

3 — É revogado o Despacho n.º 2103/2015, de 27 de fevereiro;

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.

22 de fevereiro de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto e do Comércio, *Paulo Alexandre dos Santos Ferreira*. — 17 de fevereiro de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

ANEXO

Tabela a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E

Prestação financeira em vigor para o ano de 2016

(euros/unidade de EEE colocados no mercado)

	€/unid
Categoria 1	
1.1.1 Grandes aparelhos de arrefecimento <=150kg	3,90
1.1.2 Grandes aparelhos de arrefecimento >150kg	20,11
1.2 Grandes eletrodomésticos	1,85
1.3 Aparelhos para cozinhar ou transformar alimentos >20kg	1,10
1.1.A) Aparelhos de ar condicionado e desumidificadores <=40kg	1,33
1.2.A) Aparelhos de ar condicionado]40-100kg]	4,45
1.3.A) Aparelhos de ar condicionado]100-500kg]	12,08
1.4.A) Aparelhos de ar condicionado >500kg	72,60
1.5.1.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento <=10 kg	0,22
1.5.2.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento]10-150kg]	0,90
1.5.3.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento >150kg	25,90
Categoria 2	
2.1.1 Pequenos equipamentos: relógios e equipamentos para uso doméstico, culinário, cuidado pessoal, higiene e saúde e outros <=0,2kg	0,01
2.1.2 Pequenos equipamentos: relógios e equipamentos para uso doméstico, culinário, cuidado pessoal, higiene e saúde e outros >0,2kg	0,18
2.2 Aparelhos de limpeza	0,20
Categoria 3	
3.1 Desktop, servidores e mainframes (sem monitor)	0,71
3.2 Computadores portáteis	0,10
3.3.1 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma <=29"	0,39
3.3.2 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma]29-42"	0,84
3.3.3 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma >42"	2,10
3.4.1 Fotocopiadoras/impressoras/multifuncionais/plotters/faxes/scanners <= 60kg	0,40
3.4.2 Fotocopiadoras/impressoras/multifuncionais/plotters/faxes/scanners > 60kg	10,29
3.5 Telemóveis/PDA's/calculadoras de bolso/portáteis	0,01
3.6 Calculadora com impressora/impressoras de talão/caixas registadoras/POS	0,18
3.7 Centrais telefónicas, telefones de secretária e sem fios	0,06
3.8.1 Outros equipamentos <=1kg	0,03
3.8.2 Outros equipamentos]1-15kg]	0,20
3.8.3 Outros equipamentos]15-50kg]	2,25
3.8.4 Outros equipamentos >50kg	17,50
Categoria 4	
4.1.1 Aparelhos de televisão/CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância <= 29"	0,40
4.1.2 Aparelhos de televisão/CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância]29-42"	0,84
4.1.3 Aparelhos de televisão/CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância >42"	1,00
4.2.1 Aparelhos de receção, gravação e reprodução áudio e/ou vídeo/vídeo vigilância/material fotográfico <=1kg	0,05
4.2.2 Aparelhos de receção, gravação e reprodução áudio e/ou vídeo/vídeo vigilância/material fotográfico >1kg	0,62
4.3 Projetores de vídeo/ retroprojetores	0,25
4.4 Pequenos equipamentos: áudio pessoal, áudio portátil, aparelhos de receção, gravação e reprodução vídeo, telecomandos e material fotográfico	0,02
4.5 Instrumentos musicais	0,30
4.6.1 Outros equipamentos <=1kg	0,03
4.6.2 Outros equipamentos]1-15kg]	0,27
4.6.3 Outros equipamentos >15kg	1,78
4.7 Painéis fotovoltaicos	0,50

	€/unid
Categoria 5	
5.1.1 Lâmpadas fluorescentes e de descarga	0,07
5.1.2 Lâmpadas LED	0,04
5.2.1 Luminárias <=1kg	0,03
5.2.2 Luminárias]1-6kg]	0,08
5.2.3 Luminárias >6kg	0,31
5.3 Outros equipamentos de iluminação	0,05
Categoria 6	
6.1 Ferramentas elétricas e eletrónicas <=1kg	0,02
6.2 Ferramentas elétricas e eletrónicas]1-10kg]	0,15
6.3 Ferramentas elétricas e eletrónicas]10-20kg]	0,68
6.4 Ferramentas elétricas e eletrónicas >20kg	2,85
Categoria 7	
7.1 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer <=5kg	0,02
7.2 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer >5kg	0,53
Categoria 8	
8.1 Aparelhos médicos <=20kg	0,09
8.2 Aparelhos médicos]20-100kg]	3,90
8.3 Aparelhos médicos >100kg	40,00
Categoria 9	
9.1 Instrumentos de monitorização e controlo	0,07
Categoria 10	
10.1 Distribuidores automáticos sem arrefecimento e refrigeração <=60kg	0,66
10.2 Distribuidores automáticos sem arrefecimento e refrigeração >60kg	14,00
10.3 Distribuidores automáticos com arrefecimento e refrigeração <=60kg	3,26
10.4 Distribuidores automáticos com arrefecimento e refrigeração >60kg	17,20

209473926

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho (extrato) n.º 4746/2016

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, declara-se que a trabalhadora Alexandra Isabel Rosado dos Santos Correia Dias, concluiu com sucesso o seu período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o processo de avaliação elaborado nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da referida lei, sendo o tempo de duração desse período contado para efeitos da atual carreira e categoria.

18 de março de 2016. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.
209477644

MAR

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança
e Serviços Marítimos

Despacho n.º 4747/2016

De acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, foi aberto procedimento concursal, através do Aviso (extrato) n.º 11693/2015, DR, 2.ª série, n.º 200, de 13 de outubro — BEPOE 201510/0273, com vista ao preenchimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão da Pesca.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluída a seleção, o júri propôs, fundamentadamente, que a designação para o cargo recaísse sobre a candidata Maria Cristina Marques Rosa Magina, a qual preenche os requisitos legais exigidos e possui o perfil e as características necessárias ao exercício das atribuições e à prossecução dos objetivos da Divisão da Pesca.

Assim, nos termos dos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, correspondente à Divisão da Pesca, a licenciada

Maria Cristina Marques Rosa Magina, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da referida Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

22 de março de 2016. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.

Nota curricular

Maria Cristina Marques Rosa Magina, nasceu em 21 de julho de 1958. É licenciada em Biologia, com especialização final em Dinâmica de Populações, pela Universidade Clássica de Lisboa, Faculdade de Ciências (1983).

Formação complementar: Curso FORGEP (INA, 2010), Curso «Fisheries Management to meet biodiversity conservation needs» (ICES, 2013), Programa Avançado de Estudos do Mar — Formação em Economia e Políticas ligadas ao Mar Programa Avançado de Estudos do Mar (UCP, 2014).

É técnica superior do quadro de pessoal da Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos.

Exerceu funções técnicas no Gabinete de Estudos e Planeamento das Pescas (GEPP), (1986-1993), foi coordenadora da área de políticas comuns no Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério do Mar (1993-1997) e foi chefe de Divisão de Gestão e Conservação de Recursos da Direção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) (1997-1999 e 2002-2005). Foi adjunta no Gabinete do Secretário de Estado das Pescas (1999-2001) e no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas (2005-2008). Exerceu funções de chefe de divisão dos Recursos Internos e, depois, da Pesca na DGPA e na Direção Geral dos Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), que lhe sucedeu (2009-2015).

Neste cargo foi responsável pela equipa que assegura a regulação e gestão da atividade da pesca em águas nacionais e o licenciamento, acompanhando as ações desenvolvidas a nível a União Europeia no que se refere à Política Comum de Pescas da União Europeia. Integrou vários grupos de trabalho de âmbito nacional e participou, a nível comunitário, como membro da delegação portuguesa, em reuniões do Conselho de Ministros das Pescas e outros Grupos do Conselho, relativas à Política Comum de Pesca, gestão e conservação dos recursos, medidas técnicas, TACs e quotas e controlo das atividades de pescas.

209475302